ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA CENTRAL DE NEGOCIAÇÃO

Data	03.07.2019 Horário: 10:00 horas	
Local	Sala de Reuniões – 2º Andar - SEPOG	
Participantes	Bancada do Governo	**EUDORO WALTER DE SANTANA** (Representante Titular do IPLANFOR); **FELIPE PONTES** (Representante da Coordenadoria de Articulação Política); **FRANCIANA F. ROLIM DIAS** (Representante da SEFIN); **LUCIANA MENDES LOBO** (Representante Titular da CGM); **RODRIGO MACEDO DE CARVALHO** (Representante suplente da PGM); **PHILIPE THEOPHILO NOTTINGHAM** (Representante Titular da SEPOG).
	Bancada dos Servidores	**ANA LÚCIA OLIVEIRA VIANA** (Representante Suplente da AFIM)**; ANTONIA NASCELIA SILVA e ANDERSON DA SILVA RIBEIRO** (Representantes Titular do SINDIFORT); **FRANCISCO OTÁVIO DA SILVA** (Representante Suplente SINTSAF); **MÁRIO CÉSAR CHAVES NUNES** (Representante Titular do SINDIFAM); **MESSIAS DE SOUZA** (Representante Titular do SINDSAÚDE**); VICENTE LOBO NETO** (Representante Titular do SINDIURB).
Convidados	AIRTON DOUGLAS DE ANDRADE LUCAS (Coordenador Jurídico da SEPOG) LIDIANE UCHOA DO NASCIMENTO (Advogada SINDIFORT)	

Ata da Reunião

1. **VALIDAÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO DO APP "GANHO MAIS"**: Foi apresentado pelo Coordenador Jurídico da SEPOG a minuta do Termo de Credenciamento com a empresa ZAYTEC cujo objeto é a disponibilização de aplicativo móvel destinado a atender aos servidores públicos municipais no tocante à educação financeira. Os integrantes da Mesa Central sugeriram alterações em algumas cláusulas da minuta, ficando deliberado que referido documento seria encaminhado pela COJUR/SEPOG para análise do Grupo de Trabalho (GT) constituído por representantes do SINDIFORT, FRENTE SINDICAL e SEPOG, os quais haviam se reunido dia 24/04/2019, sob a coordenação da COJUR, para discutir sobre a viabilidade de renovação do Credenciamento.

2. **REABERTURA DO PRAZO PARA ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS QUE ESTÃO FORA DOS PCCS**: Sobre esta pauta não houve consenso, por um voto a menos, no acordo proposto pelo Governo: liberar a adesão aos PCCS somente para os servidores ativos, mas sem retroatividade à época de implantação (2007/2008). Dr. Philipe salientou que quando houver "unanimidade" por parte dos representantes sindicais, a reinvindicação poderá ser revista.

3. **OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE**: A Bancada de Servidores apresentou algumas reivindicações que foram apreciadas e discutidas pelo Governo:

3.1. Abono do ponto eletrônico dos servidores que participaram da paralisação nacional no dia 14/06/2019 – Não haverá abono do ponto nesta data. Os Sindicatos se comprometeram a repassar a lista dos servidores que aderiram à paralisação para a SEPOG e cada Secretaria irá negociar com os servidores a forma de compensação das horas não trabalhadas.

3.2. Impasse gerado na concessão da aposentadoria para um grupo de servidores da AGEFIS que na época da opção pelo novo PCCS da Fiscalização se encontravam afastados no gozo da licença prêmio, os quais haviam solicitado a aposentadoria voluntária, em virtude do disposto no Decreto 13960/2017 - A representante da AFIM informou que a Procuradoria Jurídica do Instituto de

Previdência do Município (IPM) orientou que a AGEFIS convocasse os 32 servidores que haviam requerido aposentadoria voluntária ANTES da opção pelo novo PCCS, para que estes formalizassem um novo processo, visto que à época do enquadramento muitos estavam em gozo de licença prêmio, tendo sido o processo de aposentadoria voluntária interrompido. Os processos serão devolvidos para que a AGEFIS verifique junto ao sistema CONSISTHR qual o apontamento informado para cada servidor: "gozo de licença prêmio" ou "aguardando aposentadoria". A SEPOG irá analisar a situação junto ao IPM e AGEFIS.

3.3. Concurso SEFIN e IJF2 – O SINDIFORT informou que recebeu um grupo de auditores da SEFIN os quais comentaram a respeito da proposta da atual gestão de ampliar a jornada de trabalho para 240 horas mensais para os novos concursados.

Dr. Philipe ressaltou que o entendimento da atual gestão é que os futuros concursos sejam para 40 horas semanais; porém, frisou que o edital do concurso da SEFIN ainda não está sendo elaborado pela SEPOG.

3.4. Reestruturação do PCCS da SEFIN – A SEPOG não está participando de nenhum estudo/discussão de alteração do PCCS vigente. As discussões são feitas a nível de mesa setorial de negociação.

3.5. Ponto eletrônico da SMS e IJF – Foram apontados pelos representantes do SINDIFORT e SINTSAF alguns problemas pontuais com relação à implantação do ponto eletrônico na SMS e IJF, tais como: restituição dos valores descontados muito demorada; problemas na biometria de alguns servidores cuja presença é registrada. A COGESP/SEPOG tem se reunido com a SMS e IJF para alinhar os procedimentos e corrigir todos os problemas que estão surgindo em decorrência da implantação de um novo sistema.

Dr. Philipe pediu a colaboração de todas as entidades para apoiar a implantação do ponto eletrônico, enfatizando que o Sistema Eletrônico de Controle de Frequência (SECOF) *"vai muito além do simples controle de frequência. É a base para automação de um conjunto de vantagens, tais como hora extra, insalubridade, plantão extra*".

3.6. Jornada de Plantão para as assistentes sociais com carga horária de 180 horas mensais – O setor jurídico do SINDIFORT já orientou que as assistentes sociais com carga horária de 180 horas mensais NÃO poderão trabalhar em regime de plantão. A SMS juntamente com a SEPOG está se reunindo para identificar todas as situações e corrigir as atecnias no sistema informatizado de RH.

3.7. Cumprimento do cronograma de implantação da Insalubridade – O SINDIFORT solicitou à SEPOG em manter o prazo até 31/07/2019 para publicação dos atos concedendo a gratificação de insalubridade, de acordo com o cronograma divulgado anteriormente.